

ACERVO ARQUEOLÓGICO

# Acervos arqueológicos e cultura material, de suportes de memória a bem cultural: história, patrimônio e identidade em jogo

Rafaela Nunes Ramos  
Fábio Vergara Cerqueira

Archaeological collections and material culture, from memory supports to cultural heritage: history, patrimony and identity at risk



## **Acervos arqueológicos e cultura material, de suportes de memória a bem cultural: história, patrimônio e identidade em jogo**

Rafaela Nunes Ramos<sup>1</sup>

Fábio Vergara Cerqueira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Entende-se a cultura material como suporte de memória e identidade, bem como instrumento essencial na constituição do patrimônio cultural e das pesquisas históricas. A memória social é mediada pelo impacto das experiências individuais e coletivas decorrente da relação com a materialidade, que é o elemento fundamental do repertório de trajetórias, referências e significados partilhados socialmente. A cultura material, mas do que um produto humano, é um catalizador de relações sociais, intimamente ligado à memória, dando suporte ao patrimônio, e impulsionando a construção de identidades e fatos históricos. Esses cinco elementos (cultura material, memória, patrimônio, identidade e história) estão entrelaçados e nutrem as identidades coletivas. Portanto, deve-se entendê-los não somente em seus âmbitos artísticos ou intelectuais, mas também como amplos sistemas simbólicos, por meio dos quais um grupo social interpreta o seu presente e o seu passado, e, ao mesmo tempo, é, ao pesquisador moderno, um

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas; ramosrn30@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pesquisador CNPQ PQ-2 em Arqueologia Histórica. Bolsista Fundação Humboldt - Edital CAPES/Humboldt "Pesquisador Experiente". Professor Visitante da Universidade de Heidelberg. Professor Permanente do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural; [fabiovergara@uol.com.br](mailto:fabiovergara@uol.com.br)

caminho para a compreensão destas interpretações sociais pretéritas.

Palavras-chave: Cultura Material; Memória Social; História.

## **Archaeological collections and material culture, from memory supports to cultural heritage: history, patrimony and identity at risk**

### **Abstract**

It is understood that the material culture is both memory's and identity's support, as well as an essential tool in the creation of cultural heritage and historical research. Social memory is mediated by the impact of individual and collective experiences arising from the relationship with materiality, which is the core of the repertoire of trajectories, references and socially shared meanings. The material culture is not only a human product, but rather a catalyst of social relations, closely linked to memory, constituting the heritage and promoting the construction of identities and historical facts. These five elements (material culture, memory, heritage, identity and history) are intertwined and also feed collective identities. Therefore, we must not only understand them in their artistic or intellectual spheres, but also in their symbolic systems, where a social group interprets the present and the past.

Key-words: Cultural Material; Social Memory; History.

### **Cultura material: entre suporte de memória para o patrimônio e fonte de pesquisa para a história, está a ambigüidade inerente ao vestígio arqueológico**

A cultura material<sup>3</sup> é tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo ser humano, que faz parte do cotidiano e está sempre presente na vida dos grupos sociais. Esta compõe as diferentes materialidades com as quais interagimos, as quais são concretizadas com diferentes propósitos. Como exemplo dessas materialidades, temos tanto os objetos, como todas as transformações que arranjam os espaços de moradia, de trabalho e de lazer dos indivíduos (FUNARI & CARVALHO, 2009). Esses vestígios culturais humanos referem-se aos segmentos do meio físico que são socialmente apropriados pelo homem. Os indivíduos intervêm e modelam os recursos naturais segundo propósitos e normas culturais, e, nesse contexto, se incluem os artefatos, as construções civis, as modificações da paisagem, as cerimônias simbólicas e ritualísticas, assim como o próprio corpo, já que este é passível de vários tipos de manipulações (MENESES, 1983).

A partir desses conceitos, alega-se que a dinâmica social entranha-se na materialidade (FERREIRA, 2011), a qual é considerada um vetor de relações sociais (MENESES, 1994). Nesse sentido, torna-se evidente a afinidade da cultura material com a memória social, bem como o fato desta constituir o patrimônio, a identidade cultural e ser configurada como documento para o desenvolvimento de pesquisas históricas. Dessa forma, a história é construída, também, a partir dessa fonte de pesquisa. Até mesmo o documento escrito, o qual costuma ser tomado como base para a

---

<sup>3</sup> A cultura material, além da materialidade possui também um caráter simbólico, imaterial. Existem expressões como “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”, as quais são utilizadas por convenção, para facilitar o registro do que é enquadrado como patrimônio, pois o material não existe sem o imaterial e vice e versa, posto que estes dois elementos se complementam e coexistem.

constituição da pesquisa histórica, é cultura material (RAMOS, 2013) – partilha, em sua materialidade, da condição social e cultural dos objetos. A significação dos documentos escritos não está descolada de sua natureza física, de ser um tablete mesopotâmico administrativo, uma inscrição marmórea grega legislativa, um códex medieval teológico ou erótico, uma obra renascentista impressa de cunho científico ou literário, ou ainda um documento eletrônico contemporâneo das redes sociais. Na sua materialidade, são todos consequência da ação cultural da humanidade.

Pode-se afirmar que os vestígios culturais humanos estão, então, ligados a esses elementos supracitados, a saber, história, patrimônio, memória e identidade, os quais, por sua vez, estão interligados de alguma forma. Estes passam semelhantemente por um processo de construção social e são constantemente permeados por conflitos sociais, relações de poder e classificações políticas. Muitas vezes, porém, na percepção do patrimônio, quando formal ou informalmente reconhecido, e idealizado em maior ou menor escala como depositário de memória de um passado a ser enaltecido, ocorre uma operação pela qual os conflitos se esmaecem perante o processo de que Dominique Poulot (2008) nos chama a atenção: o patrimônio acaba se confundindo com uma herança comum, que passa a ser reivindicada como de todos, como nossa, e mesmo como pessoal. E onde foi parar o conflito que lá estava? Bem, aí precisamos retornar à cultura material, suporte de memória sobre o qual se alicerçam muitas das operações patrimonializantes, e que carrega sempre a marca dos conflitos.

### **Cultura material: de suporte de memória a bem patrimonial, uma operação não imanente**

A cultura material recebe uma designação própria e é submetida a um modo de gestão específico, garantido pela lei e por regulamentos técnicos – sobrepõem-se aí a ação administrativa e burocrática de agentes de Estado, regulamentadores e fiscalizadores, e a *expertise* do arqueólogo. Soma-se, na dinâmica social, uma militância dedicada a inscrever nos fatos o princípio da transmissão para o futuro, como bem lembra Poulot (2008, p.35), que ressalta que o patrimônio se tornou sinônimo de vínculo social unido a um sentimento de urgência: “a eventual recusa da patrimonialização ou a sua contestação é rapidamente estigmatizada no debate público como ‘vândala’.” A cultura material, outrora, no seu contexto original, expressão mesma da diversidade cultural, de identidades historicamente construídas e de dinâmicas conflitantes do social, quando ‘resgatada’ pelo arqueólogo, ‘tombada’ pelo museólogo ou arquiteto, ou ‘congelada’ no tempo pelo conservador ou restaurador, de certo modo descola-se de sua materialidade, e passa até mesmo por uma espécie de sacralização patrimonial. E precisamos estar atentos aos riscos deste processo, até porque o mesmo despotencializa a densidade da cultura material como depositária de memória prenhe de conflitos.

Deste modo, a afirmação – não somente técnica e afetiva, mas também política e social – da importância da preservação do patrimônio cultural deve ser problematizada. A operação pela qual o que é percebido como bem material – remanescente e remanescente de cultura material pretérita – é alçado à condição de patrimônio, não resulta apenas de uma definição técnica em resposta a uma característica imanente. Se pudéssemos dizer assim, afirmaríamos que não é só um sentido que sai de dentro do bem ma-

terial que respalda sua patrimonialização, mas também um sentido que lhe é inserido de fora para dentro.

A Patrimonialização do suporte de memória, elevado à condição de bem material, não é, portanto, uma operação de imanência. É fruto de classificações políticas que privilegiam – ou mesmo instituem – memórias sociais e identidades culturais, de sorte que os bens alçados à categoria de patrimônio são lidos e acreditados como monumentos para a memória coletiva e como documentos para o conhecimento da História do conjunto dos grupos sociais.

É inegável que os vestígios culturais são verdadeiros suportes de significação, são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas, as quais podem ser identificadas – portanto, são considerados veículos de informações que geram conhecimento (FERREZ, 1994). As informações intrínsecas são desvendadas a partir do próprio objeto, de acordo com a análise das suas características físicas. As extrínsecas são deduzidas através de informações documentais e contextuais, ou seja, obtidas de outras fontes que não o objeto, permitindo o conhecimento dos contextos nos quais estes existiram. São operações que se configuram no campo, laboratório e gabinete do arqueólogo, assim como de outros pesquisadores de sociedades pretéritas que elegem os vestígios da cultura material como âncora para interpretar o passado.

Os objetos funcionam, então, como documento, mas não se pode esquecer que os artefatos dispõem apenas das propriedades da natureza (informações intrínsecas), tais como matéria-prima, densidade, peso, forma geométrica, etc., os demais atributos (informações extrínsecas), os valores simbólicos, são conferidos aos objetos materiais pelas sociedades que os produzem (MENESES, 1994) e consomem. E é de acordo com o valor simbólico dos objetos (sem necessariamente haver um nexos necessário garantido de conexão entre os valores simbólicos a eles atribuídos

no passado e no presente), que estes são enquadrados (oficializados) na categoria de patrimônio cultural.

### **Os objetos, a memória e o patrimônio: categoria de pensamento e de conhecimento**

Ainda conforme Poulot (2008), o patrimônio possui uma certa intimidade social com o passado material. É ao mesmo tempo objeto e instituição de memória, bem como uma categoria de pensamento. Está intimamente ligado à cosmologia, às representações do passado, é impensável fora das relações sociais. E, sendo fruto dessas relações, o patrimônio cultural é uma invenção capaz de gerar discursos sobre a realidade e sobre o poder, assim como os processos de legitimação simbólica das ideologias (PRATS, 1998).

Nessa perspectiva, os “artefatos e monumentos, por meio dos quais se interpreta e representa o passado ou o presente, apontam significativamente para as escolhas seletivas que constituirão o patrimônio cultural” (FERREIRA, 2011, p. 26) e as identidades dos grupos sociais.

A História também se encaixa dentro dessa perspectiva, uma vez que ela é consequência da escolha dos pesquisadores do que lembrar, do que legitimar como passado histórico. Isso porque a História, como disciplina de conhecimento do passado, não equivale ao passado, mas sim a uma narrativa do passado, a qual é descrita no presente (GLASSIE, 1999 *apud* HILBERT, 2006), com o propósito de construir a identidade das pessoas e respondendo a anseios vividos no presente. Essa narrativa se desenvolve a partir de uma busca de compreensão das relações sociais que, obviamente, são permeadas pela cultura material. Portanto, esta

última pode ser utilizada como fonte na construção dos estudos relacionados à História.

Assim como a História, a Arqueologia se encaixa, também, nessa visão. Segundo Colin Renfrew & Paul Bahn (1993), esta faz parte da História, pois está vinculada à Antropologia (à compreensão do gênero humano), constituindo, desse modo, uma disciplina humanística que se ocupa do passado do homem. Essa ciência escreve a história através dos vestígios que os indivíduos deixaram para trás, transforma-os em narrativas, e o diálogo com os objetos se dá a partir da atribuição de sentido a eles (HILBERT, 2006).

### **A arqueologia, os museus e a cultura material: sem neutralidade, rumo à identidade**

A ciência arqueológica trata a cultura material (enquadrada ou não na categoria de patrimônio) como uma instância que ordena e recria tanto a vida social, quanto a vida cotidiana, “(...) estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2006, p.15).

Os objetos patrimoniais também são as principais ferramentas de pesquisa para a museologia. O museu é um instrumento de implementação do patrimônio, é uma instituição que preserva e transmite (comunica) o patrimônio cultural. Essa instituição trabalha com diferentes suportes de memória, com a representação do passado e a consolidação e transformação de identidades. Sendo assim, é um lugar de memória social, onde o objeto é um vetor de conhecimento, de construção de significados culturais, bem como de comunicação (CURY, 2005). Assim, os museus são instituições

estritamente ligadas às informações de que são portadores os objetos de suas coleções. Neles, a cultura material (como veículo de informação) tem na conservação e na documentação as bases para transformar-se em fonte de pesquisa histórica (FERREZ, 1994).

Conforme apresentado, os objetos podem ser utilizados como documento; todavia, o que os transforma em documento não é a sua carga de informação imanente, posto que o documento não possui identidade própria: o que cria o sistema documental é o processo de conhecimento. “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance da sua fala” (MENESES, 1994, p.21). A mesma afirmação vale para o pesquisador que ‘significa’ historicamente os acervos museais materiais.

Nesse contexto, deve-se entender que a fala do historiador nunca será neutra, as ciências criadas pelo homem jamais serão neutras. Por exemplo, o arqueólogo, enquanto cidadão, está inserido em um contexto econômico, político e social que sinaliza a vida em sociedade (FUNARI, 1998, 1990 / 2000; TRIGGER, 2006; OLIVEIRA, 2005), e isso reflete no desenvolvimento do seu trabalho.

A eleição de determinado objeto como patrimônio também nunca se desenvolverá de forma neutra.

Assim como a cultura material é produzida a partir de determinadas intencionalidades, a eleição de um patrimônio histórico-cultural ou natural é realizada a partir de escolhas políticas. Os patrimônios são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (FUNARI; CARVALHO, 2009, p.7).

### **Dinâmica das identidades e memórias. A cultura material e a transmissão da memória**

As representações patrimoniais nutrem as identidades coletivas, porém, segundo Poulot (2008), não se deve compreendê-las sob uma forma exclusivamente conservadora, mas sim de maneira aberta às transformações culturais que ocorrem dentro das sociedades. Transformações que envolvem tanto a memória social quanto a identidade cultural.

Focando na memória e na identidade, conforme Andreas Huyssen (2000), vive-se hoje em tempos de “sedução da memória”, ocorre uma ascensão da memória ao campo investigativo, ou seja, vive-se em um tempo marcado por um “mnemotropismo imperioso”, uma compulsão memorial e patrimonial (CANDAU, 2010). Desde os anos 1980, vem se desenvolvendo uma preocupação cada vez mais intensa, no campo das ciências humanas, referente à memória, aos processos de construção de memórias coletivas (FERREIRA, 2008).

Um dos grandes pioneiros no estudo do conceito da memória foi o filósofo Henri Bergson, cuja obra “Matéria e memória” (1999) aborda a memória como a conservação do passado que sobrevive, quer pela evocação do presente, através das lembranças, ou em si mesmo, em estado inconsciente. Para esse autor, é no presente que surge o chamado pelo passado, um passado que se conserva como um todo (automaticamente) no inconsciente, como se fosse uma “sombra colada ao corpo”.

No entanto, o conceito de memória social se impôs às ciências sociais, principalmente a partir dos estudos de Maurice Halbwachs, que inaugura uma conceituação da memória enquanto fenômeno eminentemente coletivo. Para o autor, a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo,

com base no seu passado coletivo. Na interpretação de Ecléa Bosi (1987, p. 18), “Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo”. Dessa maneira, não compartilha com Bergson a ideia de que o passado se conserva como um todo. Segundo Halbwachs, o passado não existe, o que existe são as representações que fazemos dele. Nesse sentido, o passado é permanentemente ressignificado e reconstruído através do presente, ou seja, recordar não é reviver, e sim repensar e renovar, as experiências do passado, com a ideologia de hoje.

A questão central na obra de Halbwachs consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, é um ponto de vista da memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Sendo assim, ele faz uma articulação total entre memória e identidade. Ivan Izquierdo (2002), por outro caminho, corrobora essa articulação, ao afirmar que a memória é o nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos, que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Nessa teoria, não existe uma memória única, acumulada no inconsciente, ela deixa de ser uma faculdade para ser a interação do sujeito com os quadros sociais em que ele está envolvido. Todavia, Joel Candau (2008) atenta para o fato de que identidade coletiva é uma expressão de definição complexa, afirmando que



ela é, até, imprópria. Para ele parece abusivo utilizar o termo “identidade cultural” ou “identidade coletiva” para designar um estado suposto de um grupo inteiro, quando todos os membros de um grupo não compartilham as mesmas memórias. Portanto, o adequado a afirmar é que a memória coletiva funciona como uma instância de regulação da memória individual.

A noção de que a memória coletiva pressupõe o compartilhamento social de um passado comum de um grupo é vista como uma hipótese frágil por Candau. Para ele, somente a memória individual é uma faculdade atestada por mecanismos atualmente bem conhecidos. O cérebro de cada indivíduo aprende, memoriza, ou esquece. Isso, possibilita uma acumulação de marcas do mundo que o entorna, desencadeando muito mais uma reconstrução pessoal que uma reconstituição fiel de eventos vividos. Cada sujeito é, assim, capaz de reconhecer de forma idiossincrática os grandes acontecimentos que marcaram a sua vida.

De acordo com Candau (2008), para o indivíduo lidar com as suas recordações de natureza fortemente subjetivas ele precisa levar em consideração o fenômeno da codificação das memórias influenciadas por modalidades sociais de transmissão de informações. Esse processo, feito por reprodução, contágio, imitação, ou difusão, é permitido pelos sócio-transmissores, que são definidos como todas as coisas que ocupam o mundo, objetos tangíveis ou intangíveis, os quais permitem estabelecer uma conexão entre pelo menos duas pessoas. A cultura material, nas suas várias formas, nada mais é do que um dos mais poderosos tipos de sócio-transmissor. Difícil imaginar a sócio-transmissão da memória sem cultura material.

### **Memória e patrimônio: conflitos e reivindicações contemporâneas**

A memória social acaba por implicar expressões como “conflitos de memórias”, “disputas de memória”, “dever de memória”, bem como “justa memória”. Nisso, acrescentam-se tendências contemporâneas de reivindicações memoriais e patrimoniais, disputas pela memória como versão do passado. Essas reivindicações estão, normalmente, associadas à busca de consolidação de identidades, a afirmação de uma memória coletiva. Portanto, as ações patrimoniais são os desejos de produção de memórias coletivas, escolhas políticas do que lembrar e esquecer (FERREIRA, 2008). Através dessas ações, os indivíduos selecionam o passado que lhes interessa para a constituição do patrimônio cultural, das suas memórias e identidades. Segundo Caundau (2011):

(...) Contra as concepções “objetivistas”, “reificadoras”, “primordialistas”, “substancialistas”, “essencialistas”, “originárias”, “fixistas” etc. de identidade, observa-se um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que essa seja uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialética com o *outro*. (...) O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo (...)” (CANDAU, 2011, p. 9).

Nesse contexto, a cultura material é utilizada, no presente, como representação do passado, para consolidar memórias, identidades, e para constituir patrimônios. O patrimônio é produzido ou reproduzido como categoria para atender as necessidades do presente, o seu compromisso é essencialmente com o presente (MENESES, 1994).

Dentro desta discussão, vê-se a importância dos vestígios culturais, ou, como indica Candau, dos sócio-transmissores como “lugares de memória”, expressão engendrada por Pierre Nora, que são as unidades significativas (de ordem material ou ideal) cuja vontade das pessoas fizeram com que se tornassem elementos simbólicos representantes do que se configura como patrimônio (FRANÇOIS, 2010). Os lugares de memória são nos sentidos material, simbólico e funcional, e isso acontece de forma simultânea e em graus diferentes. Nora (1984) exemplifica isso de duas formas: um depósito de arquivos, mesmo sendo um lugar de aparência puramente material, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Ou um testamento, tendo uma função puramente funcional, só entra na categoria de lugar de memória se for objeto de um ritual. Os três aspectos coexistem sempre, ou seja, é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois permite a cristalização e a transmissão da lembrança; e simbólica por definição, uma vez que caracteriza a experiência vivida por uma porção de determinada sociedade, mas simboliza a sociedade como um todo.

Os objetos são, então, elementos do repertório individual e social, das trajetórias, referências e significados partilhados socialmente. As recordações são mediadas pelo impacto dessas experiências pessoais e coletivas, decorrendo da relação com o mundo material (RADLEY, 1992. FERREIRA, 2008). Consequentemente, os remanescentes culturais são objetos memoriais, contextualizados e atualizados no presente.

### **Dois processos concomitantes: a dialética da memória e da identidade; objetos patrimoniais, construção social e poder**

A busca pela memória legitima os objetos patrimoniais. Por este meio, ao mesmo tempo em que modela os indivíduos, a memória é modelada por eles. Há uma dialética entre a memória e a identidade, pela qual elas “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2011, p. 16), enfim, um patrimônio cultural.

Constata-se, então, que a memória é uma construção social. Assim também a identidade é uma instituição social e cultural, não é um ser da natureza humana, mas sim da cultura e dos significados simbólicos que a compõem (SILVA, 2005). Assim, a identidade, e também o patrimônio, são resultados de um processo de produção simbólica e de discursos normativos. Essa produção nunca é inocente, está sempre sujeita a vetores de força e relações de poder, ou seja, não é definida, é imposta de forma hierarquizada e classificatória (SILVA, 2005). Como a construção da identidade é um processo classificatório, isso implica um procedimento excludente, que distingue o que fica dentro e o que fica fora da “identidade oficial”. Para Silva (2005), essa classificação se estrutura em torno de oposições binárias, onde existem duas classes polarizadas e uma delas é sempre privilegiada (recebendo um valor positivo), enquanto a outra recebe uma carga negativa. A partir disso é feita a normatização da identidade, onde o poder se manifesta a elegendo através de hierarquias.

## Considerações finais

A cultura não existe como uma categoria sólida e homogênea, ela é compreendida como um processo fluido, variando sempre na ótica de seu interlocutor (FUNARI & CARVALHO, 2009). Portanto, a valorização do patrimônio histórico “deve merecer de nós mais do que simples aprovação” (CHOAY, 2006). Esse processo requer um questionamento, uma reflexão, visto que o patrimônio não é natural, ele é descontínuo, passa por diferentes momentos históricos. Ele pode ser de grande valia para o entendimento das sociedades se tiver sua temporalidade respeitada. Somente assim, as ciências humanas podem utilizá-lo de forma devida para o desenvolvimento de pesquisas históricas.

Assim, o patrimônio não deve ser assimilado apenas como um bem a ser preservado, deve-se entendê-lo como uma instituição, uma construção social. Dito com outras palavras, entende-se que a cultura material é carregada de valores simbólicos atribuídos não ao acaso, mas por dinâmicas sociais e culturais as mais variadas, muitas vezes propositalmente, através de conflitos sociais e de escolhas políticas classificatórias (emanadas de indivíduos ou setores posicionados assimetricamente em uma hierarquia de lugar de poder).

A cultura material está intimamente ligada à dinâmica das sociedades por vários motivos, entre eles a construção da memória social, de identidades e do patrimônio cultural. Dessa forma, pode-se afirmar que o patrimônio impacta sobre as relações sociais e, como estas, é mutável, instável. Não é algo estático, congelado no tempo. Assim como as diferentes sociedades, passa por transformações ao longo do tempo.

Conclui-se, então, que o patrimônio, a memória e as identidades sociais, e mesmo a própria história, passam por seleção de modo classificatório, a partir inclusive e sobremaneira de escolhas

políticas, do que é digno de ser representado como testemunho histórico. A cultura material, assimilada, ou não, como patrimônio cultural, sempre vai possuir a marca de seu tempo, de uma determinada mentalidade, e, mesmo assim, ela pode ser manipulada de várias formas no presente, já que o enquadramento patrimonial é construído socialmente, portanto podendo expressar opções políticas (de forma explícita ou camuflada sob o véu do coletivo e do passado comum). Cabe ao pesquisador ter isso em mente ao utilizar-se desse tipo de fonte para sua pesquisa, pois é inegável o grande valor documental dos vestígios materiais e imateriais da cultura para o entendimento dos grupos sociais, visto que estes são verdadeiros condutores de relações sociais. Mas, seja para compreender os sentidos da cultura material nas sociedades pretéritas, seja para compreender suas apropriações patrimoniais, não compete ao pesquisador a ingenuidade.

## Referências:

- BERGSON, H. *Matéria e Memória*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987.
- CANDAU, J. *Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnelles selon Le même modèle?* Archives, 25, avril, 2008.
- CANDAU, J. *Bases Antropológicas e Expressões Mundanas da Busca Patrimonial: Memória, Tradição e Identidade*. Revista Memória em Rede. Pelotas, v.1, n.1, Dez. 2009/Mar, 2010, p. 43-58.
- CANDAU, J. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CURY, M. X. Comunicação e pesquisa de recepção: Uma perspectiva teórico- metodológico para os museus. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v.12 (suplemento), 2005, p.365-380.

FERREIRA, M. L. Guerra nos Museus. Mesa-redonda do *Seminário Internacional “A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos”*, MHN, Rio de Janeiro, Outubro de 2008.

FERREIRA, L. M. Quieta Non Movere: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural. In: FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. V. (Org.). *Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 15-36.

FERREZ, H. D. Documentação Museológica: Teoria para uma boa Prática. *Cadernos de Ensaio: Estudos de Museologia*, Rio de Janeiro: Mic. IPHAN, n.2, p.64-74, 1994.

FRANÇOIS, E. As novas relações entre memória e História após a queda do Muro de Berlim. *Revista Memória em Rede*, nº 2, 2010. FUNARI, P. P. *Arqueologia*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. V. Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais. In: *II Seminário Internacional - Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia - Mast*, 2009, Rio de Janeiro. *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro : MAST, 2009. v. 1. p. 1-13.

HAUBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Editora Centauro, 2006.

HILBERT, K. Qual o Compromisso Social do Arqueólogo Brasileiro. In: *Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Vol.19, São Paulo:SAB, 2006, p.89-101.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, I. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENESES, U. T. B. de. A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. *Revista de História*, São Paulo, n.115, 1983, p.103-

117. MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do museu Paulista*, São Paulo, v.2, n. ser, jan./dez, 1994, p. 9-42.

NORA, P. Entre mèmire et histoire: la problématique des lieux. IN: Pierre Nora (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 La République, 1984.

OLIVEIRA, J. E. Por uma Arqueologia Socialmente Engajada: Arqueologia Pública, Universidade pública e Cidadania. In: *Identities, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea*. Organização de Pedro Paulo Abreu Funari; Charles E. Orser; Solange Nunes de Oliveira Schiavetto. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p. 117-136.

POULOT, D. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 26-43.

PRATS, L. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, v. 27, p. 63-76, 1998.

RADLEY, Alan. Artefactos, memória e sentido del passado. In: MIDDLETON, David.; EDWARD, Derek. (Orgs.) *Memória compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*. Buenos Aires: Paidós, 1992, p. 63-76

RAMOS, R. N. Reflexões sobre Gestão Arqueológica e Museológica da Cultura Material: O Sítio Guarani PS-03 Totó (Pelotas, RS) e seus Vestígios. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueologia:teorias, métodos y prática*. Madrid: Akal,1993.

SILVA, T. T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

TRIGGER, B. A History of Archaeological Thought. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.